

Farsa, tragédia e notícias

Considerações sobre a conjuntura política do Brasil em 1964 e 2016

Farce, tragedy, and news
 Considerations on the political situation of Brazil
 in 1964 and 2016

Roberto Radünz*

Jeann Vorpapel Portalete**

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.165.011>

Reprodução



Golpe de Estado do 18 de brumário (1840), de François Bouchot. Em O 18 de brumário de Luís Bonaparte, Marx reflete sobre a célebre ideia hegeliana de que os grandes fatos históricos ocorrem duas vezes — “a primeira como tragédia, a segunda como farsa”, complementa o autor do Manifesto comunista

RESUMO

A vida política do Brasil tem sido marcada por recorrentes processos de ruptura institucional. Essas conjunturas são complexas e se tornam temas especialmente sensíveis quando mais próximas do tempo presente. Este artigo tem como objetivo cotejar o golpe civil-militar de 1964 com o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, vasculhando as semelhanças e as diferenças a partir da abordagem proposta por dois jornais: a *Folha de S.Paulo* e o *Pioneiro*. O periódico paulista tem uma circulação nacional e um prestígio incontestável. O *Pioneiro*, jornal de circulação restrita ao âmbito regional da Serra Gaúcha, tem um lugar de destaque por ser seguidor da linha editorial do Grupo RBS, ligado ao sistema Globo de telecomunicações. O artigo faz uma abordagem da história do tempo presente e vale-se de pressupostos da história comparada. Essas interpeleções têm no materialismo histórico o seu ponto de interseção. Este texto busca pontuar alguns aspectos relativos ao papel dos jornais em questão na construção de uma narrativa sobre os processos ocorridos em 1964 e 2016 no Brasil. Ambas as linhas editoriais, em momentos distintos, elaboraram um discurso de rejeição, de crítica, de contestação tanto a Goulart quanto a Rousseff, deixando que se evidenciassem determinados posicionamentos políticos de oposição aos governos legitimamente eleitos.

Palavras-chave: Golpe civil-militar. Impeachment. *Folha de S.Paulo*. *Jornal Pioneiro*.

ABSTRACT

Brazil's political life has been marked by recurring processes of institutional ruptures. These situations are complex and become especially sensible themes while closer to the present time. This paper aims to make a comparison between the civil-military coup in 1964 and the impeachment of Dilma Rousseff in 2016, scrutinizing the similarities and differences through the approach proposed by two newspapers: *Folha de S.Paulo* and *Pioneiro*. The newspaper from São Paulo has a national circulation and an unquestionable reputation. *Pioneiro*, newspaper that has a restrict circulation in the regional scope of the Serra Gaúcha, has an outstanding position for being to the editorial line of the RBS Group, connected to the Globo system of telecommunications. The paper is situated in an approach of the history of the present time and uses assumptions from the comparative history. Those interpellations have in the historical materialism their intersection point. This text attempts to highlight some aspects concerning the role of the newspapers in question in the construction of a narrative on the processes occurred in 1964 and 2016. Both editorial lines, in distinct moments, produced a discourse of rejection, criticizing and contesting both Goulart and Rousseff, evidencing certain political positions of opposition to the legitimately elected governments.

Keywords: Civil-military coup. Impeachment. *Folha de S.Paulo*. *Pioneiro* newspaper.

1. A PROBLEMATIZAÇÃO DE ALGUNS EVENTOS POLÍTICOS

Na metade do século XIX, no contexto da Primavera dos Povos, a França passou por uma instabilidade política que pôs fim à monarquia e estabeleceu a III República. Nessa virada política, foi eleito presidente Luís Napoleão Bonaparte, sobrinho do famoso imperador Napoleão, que, meio século antes, havia dominado praticamente toda a Europa continental. O Pequeno Corso, como Napoleão Bonaparte também era conhecido, chegou ao poder em 1799, depois de um golpe conhecido como o 18 de Brumário. No início, ele ocupou o cargo de cônsul, e mais tarde tornou-se imperador, governando até 1814.

A existência de duas figuras políticas semelhantes e com nomes muito próximos pode sugerir a observadores menos atentos uma espécie de “repetição da história”. Aliás, há muitos pontos de aproximação entre esses parentes no que se refere à sua escalada política. Ambos se valem de artimanhas políticas, golpes, plebiscitos para colocar na cabeça a coroa de imperador.

Nesse contexto de uma aparente repetição da história, Karl Marx publicou, na forma de artigos, *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*.

Também escrito “sob a pressão imediata dos acontecimentos”, o texto de *O dezoito brumário* constituiu originalmente um conjunto de artigos — sobre os eventos que ocorreram na França até o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851 — preparados para um semanário político a ser publicado em Nova York por Joseph Weydemeyer, a partir de 1º de janeiro de 1852. Todavia, a história do golpe descrita por Marx terminou integrando o primeiro número de uma publicação mensal lançada em pequena tiragem, ainda em 1852 — de título *Die Revolution* —, que substituiu o projeto original de Weydemeyer (MARSON, 2005, p. 143).

A obra tem um recado inicial que direciona toda a análise que Marx faz a respeito dessa instabilidade política:

Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira como tragédia, a segunda como farsa. Caussidière por Danton, Luís Blanc por Robespierre, a Montanha de 1845-1851 pela Montanha de 1793-1795, o sobrinho pelo tio. E a mesma caricatura ocorre nas circunstâncias que acompanham a segunda edição do *Dezoito brumário!* (MARX, 2011, p. 6)

Essas considerações iniciais pretendem apenas sugerir a problematização de alguns elementos que fazem parte do escopo de análise deste artigo. Através do debate do século XIX na França, envolvendo o 18 de Brumário, são ressignificados conceitos e aparatos metodológicos que podem ser usados na investigação da fragilidade política do Brasil do tempo presente e da respectiva abordagem nos jornais *Folha de S.Paulo* e *Pioneiro*. Conceitos como *farsa*, *tragédia* e *golpe*, de um lado, e, no campo metodológico, o balanço da instabilidade política “sob a pressão imediata dos acontecimentos”, podem ser utilizados, a partir da leitura crítica dos periódicos citados, com recorte cronológico na década de 1960 e na primeira década do século XXI.

Dois jornais compõem a base empírica deste artigo: a *Folha de S.Paulo*¹, de circulação nacional, e o *Pioneiro*², periódico regional do Sul do Brasil. De forma genérica, é preciso considerar uma diferença editorial marcante entre as publicações jornalísticas do século XIX e início do XX e as do tempo presente. O jornal no qual Marx começou a publicar os artigos de *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* não tinha nenhuma pretensão de ser neutro, tratava-se de um “semanário político”. Aliás, aquilo que se pode chamar de imprensa desde o século XIX se constituiu com posicionamentos políticos claramente definidos editorialmente.

Na segunda metade do século XX, houve uma guinada ideológica nas empresas jornalísticas, no sentido de se descolarem dos posicionamentos políticos editoriais e passarem a imagem de que as notícias, as manchetes e os seus respectivos desdobramentos são síntese de uma narrativa neutra e sem interesses. No entanto,

Em primeiro lugar, a constatação corrente, mas necessária, de que o texto de um jornal “não é neutro”. Como lembra Bourdieu, o jornalismo é um dos campos de produção de bens simbólicos com o menor grau de autonomia, na medida em que depende da ação dos “poderes públicos” (legislação, financiamento), da interferência dos “poderes econômicos” (notadamente anunciantes e financiadores e/ou acionistas) e, por fim, mas não por último, da pressão do público leitor, tanto [sic] ou mais influente na composição da mensagem final do que os demais “poderes” (MARTINS, 2018, p. 15).

Essa relação imbricada, politizada, entre a imprensa e os grupos hegemônicos faz parte da história do Brasil.

A história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se autoexplicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel. Nesse cenário, muitas vezes os personagens são exatamente os mesmos, na imprensa, na política e nas instituições. Em outras, são, no mínimo, bastante próximos, pois intervenções políticas de peso são decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas dos governos, da dinâmica do país, da formação de seu povo, do destino nacional (LUCA; MARTINS, 2013, p. 6).

Este artigo tem como objetivo analisar dois momentos de instabilidade política no Brasil: o golpe civil-militar de 1964 e o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, identificando semelhanças e diferenças entre esses processos. Como base empírica de análise, além da revisão da literatura, serão focados dois jornais com circulação distinta — *Folha de S.Paulo* e *Pioneiro*, com especial destaque para o segundo, objetivando perceber como o semanário caxiense dimensiona na sua cobertura jornalística essa instabilidade. A pes-

1 Jornal paulista diário em circulação, com esse nome, desde o início da década de 1960. Foi precedido por outros três jornais, lançados entre 1921 e 1925, todos pertencentes à empresa Folha da Manhã S.A., denominados *Folha da Noite*, *Folha da Tarde* e *Folha da Manhã* (FOLHA..., s.d.).

2 O jornal *Pioneiro* foi fundado em 1948, em Caxias do Sul (RS), por membros da antiga Ação Integralista Brasileira, que se reuniram após a redemocratização no Partido de Representação Popular (PRP) (POZENATO; GIRON, 2004).

A deposição de João Goulart e a consumação do golpe contra ele não foram responsabilidade apenas de uma parcela dos militares brasileiros, já que contaram com a contribuição de uma gama de setores da sociedade brasileira e estrangeira, mesmo que a materialização da destituição tenha sido dada pelos militares brasileiros. Com efeito, para que fosse possível tal ação, foi necessária toda uma construção de narrativa para legitimar a operação, que passava por uma rede de financiamentos da burguesia nacional e estrangeira e pelas narrativas na grande mídia, tendo como desfecho a ação dos militares

quisa situa-se no campo da história do tempo presente³ e utiliza a metodologia da história comparada (TELES, 2018)⁴.

2. CONTRA ISSO SE FEZ UMA REVOLUÇÃO — 1964

A polarização e o aumento da tensão na política brasileira não se iniciaram com as reformas de base de Goulart. Desde o primeiro momento em que João Goulart assumiu a Presidência da República, ele sofreu com uma forte desestabilização do seu governo, seja pelas limitações impostas pelo regime parlamentarista, seja por atos de oposição. Nas palavras de Bandeira (1983, p. 65), a desestabilização tinha o “esforço de corrupção e intrigas, para influir nas eleições, impor diretrizes ao Congresso, carcomer os alicerces do governo e derrocar o regime democrático”. Além disso, João Goulart não era bem-visto pelo empresariado, pela grande mídia e por uma parcela dos militares e outros setores conservadores

3 A história do tempo presente consiste no recorte temporal em que os testemunhos vivos podem contestar as produções do pesquisador, pois estiveram presentes no momento dos acontecimentos. De acordo com Fico (2012, p. 43), sobre a questão do testemunho: “Trata-se, talvez, da única particularidade que verdadeiramente distingue essa especialidade das demais, embora muitos autores tenham tentado destacar outras singularidades do ponto de vista metodológico ou mesmo teórico”.

4 A comparação tem a função de fazer analogias, identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades, dar a perceber variações de um mesmo modelo, “confrontar dois objetos ou realidades ainda não conhecidos de modo a que os traços fundamentais de um ponham em relevo os aspectos do outro, dando a perceber as ausências de elementos em um e outro, as variações de intensidade relativas à mútua presença de algum elemento em comum” (BARROS, 2007, p. 5).

da sociedade que objetivavam conter qualquer possibilidade de se manter o projeto que ele representava.

João Goulart, a princípio, não tinha pretensões de dar continuidade ao governo para além do mandato presidencial. Em outras palavras, ele não almejava dar um golpe na democracia vigente, mas sim fazer as “reformas de base” que se mostravam, segundo determinados setores, necessárias ao desenvolvimento do Brasil naquele momento. Portanto, segundo Fico (2008, p. 73), “não há nenhuma evidência empírica de que Goulart planejasse um golpe, e todos sabemos que um golpe era planejado contra ele”. Tal fundamento contribuiu para desconstruir a visão de contragolpe dos militares, ou melhor, de um suposto “golpe preventivo” articulado pelos militares e demais setores dominantes brasileiros.

Enfraquecer o governo, bloquear quaisquer pretensões continuístas do presidente e torná-lo um “eleitor fraco” na campanha presidencial de 1965, essas eram alternativas admissíveis para personagens que, depois, optariam definitivamente pelo golpe (FICO, 2008, p. 76).

A deposição de João Goulart e a consumação do golpe contra ele não foram responsabilidades apenas de uma parcela dos militares brasileiros, já que contaram com a contribuição de uma gama de setores da sociedade brasileira e estrangeira, mesmo que a materialização da destituição tenha sido dada pelos militares brasileiros. Com efeito, para que fosse possível tal ação, foi necessária toda uma construção de narrativa para legitimar a operação, que passava por uma rede de financiamentos da burguesia nacional e estrangeira e pelas narrativas na grande mídia, tendo como desfecho a ação dos militares.

Reverberando o posicionamento da maioria do empresariado brasileiro, a grande mídia se sentiu no direito de cobrar e reivindicar alterações no quadro político brasileiro:

A *Folha de S.Paulo* demonstra como uma imprensa formadora de opinião, liberal e voltada para o crescimento econômico atuou durante o primeiro período da ditadura militar, até a promulgação do segundo ato institucional, vendendo a seus leitores um discurso pronto, em que se colocou como porta-voz desse mesmo leitor, característica essa que está presente tanto nos discursos editoriais quanto nas charges, que pretendem convencer o leitor das posições mais acertadas a serem tomadas com relação à política. Também demonstrou como, a partir da construção de inimigos ideais, se defende um governo golpista, [e] que, apesar de passar por cima da Constituição para institucionalizar um golpe, é justificável sua atuação, em prol do que se chamou de bem comum (UBINSKI, 2014, p. 115).

Os jornais se revelam “fontes traiçoeiras” para o historiador (ELMIR, 2012, p. 77), mas são material de inquérito imprescindível para a pesquisa histórica. Dependendo do espaço ocupado pela matéria, ela tem maior ou menor destaque. Os editoriais são por excelência a voz do veículo de informação. A respeito dos editoriais da *Folha de S.Paulo*, é oportuno citar a forma com que o jornal atuou ao longo de sua trajetória, isto é, de que maneira costumava se comunicar com seus leitores e, ao mesmo tempo, interpretar e apresentar as notícias em nível nacional. Sobre a perspectiva editorial do jornal, Ubinski (2014, p. 87) afirma que:

A *Folha* manteve-se na linha editorial fiscalista, que constituía-se [sic] assim desde a década de 1950, a partir da direção de Nabantino Ramos, em que [sic] sempre procurava denunciar as ações governamentais, podemos perceber isso principalmente com os úl-

pelos seus editores, uma postura liberal, em defesa dos valores democráticos. Ao que [sic] João Goulart era considerado antidemocrático, e, muitas vezes, defensor dos ideais comunistas, contrariando as ideologias inerentes ao jornal (UBINSKI, 2014, p. 32).

Essa postura contrária a João Goulart também é vista em editoriais do *Pioneiro*, principalmente no que tange à esfera econômica do país e da cidade. Na primeira edição do ano de 1964, ambos os jornais reforçam esse viés crítico. “Dessa falta de orientação, ligada à constante agitação e à repetida paralisação de portos e serviços essenciais, outra coisa não se poderia esperar se não o crescimento da inflação, que é hoje um verdadeiro martírio para o povo brasileiro” (PARA QUÊ?, 1964). Na mesma perspectiva, no editorial do *Pioneiro* lê-se: “Tenho medo de 1964. Pode ele mandar-nos uma revolução, ou ainda a mais estúpida radicalização política.” (EM NOME..., 1964, p. 2)

“O medo de 1964” foi superestimado após o comício de 13 de março, alvo de questionamento dos dois jornais. A *Folha de S.Paulo* proferiu críticas diretas e abertas a Goulart, assim como aos demais participantes do ato, sem rodeios, acusando-os de “comunistas”. A *Folha de S.Paulo* também indagou a motivação para a realização do ato, não entendendo a ação radicalizante do grupo ligado a Goulart.

Figura 1 — Editorial da *Folha de S.Paulo* de 14 de março de 1964



Fonte: Para quê? (1964).



Reprodução das capas da *Folha de S. Paulo* e do extinto jornal *Pioneiro*, de Caxias do Sul (RS), anunciando o golpe de 1964

Em contrapartida, o *Pioneiro* construiu um editorial sem se posicionar claramente sobre o comício, porém, ao trazer argumentos contrários à manifestação, usou expressões como “elementos da oposição entendem”, “afirma-se ainda que”, “segundo propalou a imprensa ontem” e “acredita-se que”. Portanto, ao usar esses termos, omite-se de assumir um posicionamento, ao mesmo tempo que elenca suposições duvidosas com teor negativo no que dizia respeito à ação de João Goulart. Contudo, no final do editorial do jornal *Pioneiro*, referindo-se à situação política nacional, diz-se que o “horizonte é sombrio”, e acrescentam-se críticas negativas a respeito da situação econômica do país, que teria piorado por consequência do presidente João Goulart (VIVA..., 1964).

Outro ponto importante que está presente nesse editorial é a forma pela qual o *Pioneiro* divide os argumentos contrários e favoráveis às reformas de base, classificando-os em quatro grupos: dois posicionados à esquerda, dois posicionados à direita. No campo da direita, estaria o grupo dos que defendem a necessidade de reformas, desde que essas reformas sejam realizadas de acordo com a Constituição, sem alterar a Carta Magna brasileira. O segundo grupo era contra qualquer tipo de reforma e, para isso, buscava o impeachment de Goulart, acusando-o de planejar um golpe e tentar impor uma ditadura. O primeiro grupo à esquerda é denominado “esquerda radical”, em que atuaria, por exemplo, o trabalhista Leonel Brizola. Os participantes desse grupo eram considerados antidemocráticos e estariam buscando a dissolução do Congresso e uma nova Constituição, por intermédio de um plebiscito. Por último, a parte da esquerda que “se choca” com o posicionamento de Brizola, e busca as reformas por meios persuasivos, menos inoportunos. Em outras palavras, o *Pioneiro* isola o campo da esquerda representada por Leonel Brizola e João Goulart, situando-os em embate, inclusive, contra parte da própria esquerda. Ao mesmo tempo, culpabiliza os integrantes da esquerda pelo tensionamento e pelo risco de guerra civil no país e relativiza o ímpeto dos defensores da direita em buscar o impeachment de Goulart, eximindo-os de culpabilidade pela radicalização do país.

A *Folha de S.Paulo* tem um posicionamento categórico em contraponto ao comício da Central, utilizando seu alcance para difundir fortes insultos e insinuações contra Goulart. Já o *Pioneiro*, mesmo recorrendo a citações de terceiros, evidencia o seu ponto de vista e usa, assim como a *Folha de S.Paulo*, o seu alcance para condenar a atitude supostamente antidemocrática de João Goulart. De forma diferente, ambos criminalizando o comício da Central de 13 de março de 1964.

Outro ponto de consonância entre os dois veículos e com repercussão municipal e nacional é o conceito usado para definir a deposição de João Goulart. Ambos usam o conceito de *revolução* e um tom positivo ao discorrerem sobre os acontecimentos em nível nacional. O editorial da *Folha de S.Paulo* de 12 de abril de 1964 destoa do padrão estético adotado pelo jornal no que se refere a sua dimensão. O texto aborda esse conteúdo celebrando a “revolução”, isto é, a tomada de poder por parte dos militares com o propósito de eliminar o comunismo no país (GUERRA,2018).

Figura 2 — Editorial da *Folha de S.Paulo* de 12 de abril de 1964



Figura 4 — Assaíras Diversas — FOLHA DE S. PAULO — Domingo, 12 de abril de 1964

Fonte: Revolução... (1964).

Enquanto a *Folha de S. Paulo* traz elementos para evidenciar a confirmação da “revolução”, conforme pode ser observado na figura 2, o *Pioneiro* comemora a ação dos militares e as medidas tomadas, como a perseguição aos comunistas, demonstrada na figura 3.

Figura 3 — Editorial do *Pioneiro* de 11 de abril de 1964

Página 2

PIONEIRO

4 DE NOVEMBRO DE 1948
 GRÁFICA NORDESTE LIMITADA
 Anualidade anual Cr\$ 1.000,00 — Venda Avulso Cr\$ 20,00
 Diretor: MÁRIO BRAGA NETTO
 REDAÇÃO E GERÊNCIA
 Praça Rui Barbosa, 173 — Edif. Andradas
 Caixa Postal, 14 — Fone, 733
 Circula nos Estados
 Não nos responsabilizamos pelas notícias emitidas em artigos assinados.

CAXIAS DO SUL — 11 de Abril de 1964

PIONEIRO

Para Começar...

Décio VIANNA

Não é hora de vangloriar-se, nem muito menos ocasião para vangloriar-se atitudes mesquinhas e menos nobres. Chagou o instante de declarar isto sim, para as ações mais justas e acertadas, e para o procedimento correto, leal e muito anero, dos que querem realmente fazer com que a Pátria volte a pertencer ao luminoso caminho da Democracia da Compostura e da Esporidade. Cada um no seu posto ou no simples lugar de trabalho que lhe caber. Com fôda alma, dando-se inteiramente à tarefa da cultura e educadora. Da política às administrações. Das famílias à sociedade. Do homem isoladamente ao povo no seu sentido mais amplo e humano. Inquirem a vida, sem dúvida, mas que de forma alguma curando; o operário, produzindo; o funcionário, não apenas enchendo horas; e agricultor, plantando e colhendo, com o devido e atento ao seu serviço; o político, cuidando; o bancário, atendendo ao seu serviço; o militar, obedecendo a mais alta política; o administrador, unicamente administrando; a mulher, dentro do lar, como filha, esposa e mãe. Tem a fazer-se, a acertar-se, a trabalhar-se, abundantemente, sem limites, pelo máximo. Que as possibilidades reivindicadas materiais fiquem para depois; que as devotes e obrigações se sobrepõem, pelo ritmo por parte de outros indivíduos, sempre presentes e necessários, nos importantes que a Pátria deve ter sobre todos nós. Que do par com uma saúde e com uma boa educação, vá para a melhoria da vida. Que outros, muitas outras indústrias sejam exploradas para maior grandeza do Brasil; mas nunca a indústria da miséria, das favelas, do analfabetismo, como já o foi até a da saúde... Que ao povo a partir de agora, somente se fale e se diga a verdade. Inatamente a verdade. Acreditamos que com o vitorioso movimento dos últimos dias, já não haja sequer lugar, no coração deste mesmo povo, para continuar covinado de boa fé e com entusiasmo a palavra traiçoeira da mentira e tríplice desonestidade. Não será cruzando os braços em apoio das mais esdrúxulas greves que a vida poderia melhorar para quem quer que fosse. Não será mentindo, enganando e baseando que o cidadão se faz homem-público, nem lider substituído e como tal, admirado e respeitado. Tanto mais porque para o verdadeiro líder não há recusas especializadas, nem cursos estanques de programas oficiais. Agora, o que o povo quer, o que ele necessita é ver o exemplo o trabalho, a ordem, a disciplina, o respeito, a verdade, o bom senso, o critério, a honestidade, o pudor, o respeito, o bom emprego do seu dinheiro, por parte principalmente dos que tinham uma parcela de mando, dos que estavam no alto, dominando, mandando, dirigindo, administrando. Nenhum povo, em nenhuma parte do mundo, será mais torreado e desobediência, indisciplinado e desrespeitado e tom terá greves e nem fará revoluções ou viverá revoltado se vir a sentir, e se compreender que é justo, que é humano, que é certo que respeita e que se faz respeitado aquele que o orienta, que o dirige que o governa. E apenas unicamente isso que todo o povo almeja para sua própria felicidade.

PREÇOS

Uma das providências mais urgentes, que devem ser tomadas pelas autoridades, é a contenção de preços. Realmente, não se justifica a alta desbragada que está sendo imposta a muitos artigos. Estamos em face de uma demonstração de ganância, que devemos condenar com toda a veemência.

As autoridades federais devem agir com toda energia, visando impedir que o saqueio da bolsa popular continue. Nos últimos dias no decorrer da crise político-militar, houve gritantes abusos. Esses abusos não podem continuar, e a SUNAB de acordo com os poderes que lhe são conferidos pela legislação, deve pronunciar-se com o máximo de eficiência.

Sabemos que as autoridades municipais estão agindo intensamente. Desejamos empregar-lhes todo apoio e toda solidariedade, encorajando-as a que atuem com o máximo de presteza.

E' uma providência que se impõe e que não pode mais demorar.

Viva a Revolução

ELOY LACAVA PEREIRA

Publicava-se em nossa cidade um folheto que estava seriamente comprometido com o comunismo internacional e a União Nacional de Estudantes, conhecida pela sigla UNE.

Nesta hora em que se estão apurando os responsáveis pela subversão, pela desordem, pela ganância e pela crime de traição à pátria dos que, utilizando-se nacionalistas, recebiam dinheiro da China Comunista e desviavam dinheiro do Fundo Sindical, é necessário que se organize um comitê para apurar qual a origem dos fundos que permitiam a publicação daquele folheto que estava a serviço dos vendilhões da Pátria e que, com uma odiosa e aspietada de nossa gente, intitulava-se "brasileiro".

É necessário que vivêssemos à luz, o povo esteja que aqueles que se intitulavam salvadores do Povo, sejam sacudidos e tenham a sorte que merecem todos aqueles que tentaram ludibriar a boa fé dos ingênuos, colocando-os como coadjuvantes na crime de traição.

Conforme levantamentos feitos, o tal de folheto atingia a uma despesa mensal de setecentos mil cruzeiros (700.000,00), arremetido de anúncios em vários jornais, cerca de cem mil cruzeiros (100.000,00), advinda daí um prejuízo de quinhentos mil cruzeiros (500.000,00) mensais, conforme nosso cálculo. O responsável por esta publicação declarou a um deputado que o seu prejuízo era de setecentos mil cruzeiros mensais.

Ora, ninguém tira dinheiro pela palavra, muito menos um indivíduo cuja profissão ainda ninguém conhece e, depois, convencidos, professo nenhum permite se dar ao luxo de ter um prejuízo mensal de 100.000 mil cruzeiros, quando esse mesmo indivíduo berrava contra a ordem social de que ele mesmo era contrário.

Qual a origem desse dinheiro, disse alguém que financiava a subversão, o crime de seccar as classes mais favorecidas? Qual a origem do dinheiro que permitia a um indivíduo berrador de crimes, durante o tempo dos operários e gastar mensalmente quinhentos mil cruzeiros distribuídos gratuitamente e patrocinando fotografias da alta sociedade casaca?

A origem desse dinheiro, irão comprovar os fatos, é da China Comunista e do Fundo Sindical, através da União Nacional dos Estudantes, conforme documentos comprovadores das atividades anti-Pátria da UNE que já foram dados à luz. Era dinheiro a todo distribuído a todos aqueles que desejavam seguir a linha de traição da UNE. Era dinheiro que passavam pelas mãos desses aristocratas-nirina para financiar o aparelho de imprensa que contribuíam para subverter a ordem no País, sob os olhos complacidos do tempo João Goulart.

Ai estão eles e devem ser responsabilizados. Não só eles, os que estavam diretamente ligados, os que recebiam diretamente os milhões do sangue e do suor do trabalhador brasileiro mas os que colaboraram e que tinham postos importantes dentro da revolução brasileira, também devem ser afastados de quem não continuam a convencer a opinião do Povo.

Em Caxias o Diretor da Faculdade de Filosofia, deveria ser imediatamente afastado desta importante posição que ele não merece e que não corresponde à confiança.

Em um levantamento dessas atividades, hoje comprovadas como de traição à Pátria, fazendo com que muitos ingênuos tenham se desviado. Um médico de nossa cidade, coadjuvante em suas atividades, hoje comprovadas como de traição à Pátria, fazendo com que muitos ingênuos tenham se desviado. Um médico de nossa cidade, coadjuvante em suas atividades, hoje comprovadas como de traição à Pátria, fazendo com que muitos ingênuos tenham se desviado.

Uma palavra ao rato e covarde indivíduo que se escondeu sob o pseudônimo de Oswald: em o combate e aguardar a primeira oportunidade para colocar sua personalidade em evidência.

Crônica da Cidade

Escreveu valde LARANJEIRA

Caxias do Sul, a eterna enamorada do Brasil, que sempre comungou com os agrados ideais e sentimentos da Pátria, vivem e compreende esta grande hora histórica.

A e o seu povo compreendem, que o momento que vivem não é o da vitória, nem o que ainda irma contra irmaos ou partidos contra partidos, e sim o que exige a união de todos e que o momento brasileiro tanto que e demonstrou querer, nos dois momentos históricos que vivem. A luta de irmaos contra irmaos seria a vitória do ódio, que nada constrói.

A terra dos pioneiros da grande ótica através Rio Grande, que neste momento retomaram as energias da unidade indólita, repouava, mas não tomou o magnanimismo dos venhos e seus simpatizantes. Ningum melhor do que a terra e a gente caxiense sabia que a Pátria Brasileira nasceu sob o signo dos pioneiros, nos arrais balanos e que a sua Democracia surgiu nas areias de São Vicente, no inortal poema de José Amôbia.

E hoje como ontem, a Cidade da Fé e do Trabalho conta nos soldados do Brasil, que ainda mantém viva a chama do patriotismo a mesma que levou Odório, Camará, Mano Barreto, Sampaio, André Nervo, Tamarandá, Marcílio Dias, Barreto e tantos outros à glória, e escreveu páginas da história pátria.

Não será em vão a ação das forças armadas. A voz dos demagogos e dos venhos já não se fará ouvir, e a nação volta a confiar nos dias de amanhã. A liberdade da palavra escrita e falada, bem como o pensamento e a imprensa, continuará a ser livre e corada, numa valiosa colaboração na restauração da ordem e da disciplina.

O espírito nacionalista da nação não morreu, ele si está expresso nas palavras dos chefes militares, e na voz do Baranati a Casa de Rio Branco. O Brasil não vacilará nem vacilará, porque é a própria Democracia. Liberdade, Ordem, Trabalho e Amor. O Brasil continua a sua caminhada histórica, ele é soberano.

Um grande líquo ai está, numa alerta aos políticos e a todos nós.

A nação que é o povo em marcha, para a consolidação de seu inortal destino, conclama a união de seus filhos. A força que nos une é a Lei, maralha do Direito, da Justiça e do Amor. O Brasil continua a sua caminhada histórica, ele é soberano.

Devo confessar que, ante o magisterio como uma das mais nobres instituições. Ser professor é ser educador e ser educador é ter em mãos o futuro. A família, dia a dia não pode mais desatencionalmente de sua finalidade educadora. Esta obrigação é transferida para a escola. Ai, o professor tem o dever de substituir e unir, a ação familiar que por numerosas razões, não cede mais da função educadora.

Revenda Inq

— UMA CHAVE PARA O SUCESSO —

INSTITUTO DE IDIOMAS YAZIGI

Início de turnos em todos os épocas do ano

Horários diversos

50 escolas e milhares de alunos em todo o Brasil

Caxias do Sul: Av. Jelfo de Castilhos, Ed. Zatti 3.ª

Minhas Aulas

MARIO GARDELIN

Val ver que é por culpa de algum professor. E apesar nas notas, há quem observa a ação retardada de certos pais que deixam ver seus filhos promovidos a qualquer preço.

Quanto a mim, devo dizer que apenas uma mãe de família me interrogou sobre a melhor vocação que deveria caber ao filho. Resolvi-me com a pergunta: Não, raro é acontecer! Respondi-lhe o me.

Val ver que é por culpa de algum professor. E apesar nas notas, há quem observa a ação retardada de certos pais que deixam ver seus filhos promovidos a qualquer preço.

Quanto a mim, devo dizer que apenas uma mãe de família me interrogou sobre a melhor vocação que deveria caber ao filho. Resolvi-me com a pergunta: Não, raro é acontecer! Respondi-lhe o me.



Mobilização do Exército brasileiro no golpe civil-militar. Rio de Janeiro - RJ, 1º de abril de 1964

Outra conformidade entre os discursos dos dois jornais é a forma de se dirigir às Forças Armadas brasileiras, tendo em vista a glorificação e os elogios a sua atuação. Em uma publicação de 14 de março de 1964, isto é, logo após o comício da Central e antes da consumação do golpe, a *Folha de S.Paulo* indaga os militares sobre seu posicionamento, considerando a fricção entre o governo, a Constituição e a pátria: “Por sua tradição, eles não haverão de permitir essa burla” (PARA QUÊ?, 1964). Na mesma esteira, o *Pioneiro*, em 4 de abril de 1964, constrói inúmeros elogios à atuação dos militares caxienses, pois eles estariam, “desde o início, unidos no combate ao comunismo” (EM NOME... 1964, p. 4). Em nome da “revolução”, o jornal mostra satisfação com a suposta limpeza e não mede elogios às Forças Armadas brasileiras.

Como já referido anteriormente, ambos os editoriais, ao se concluir o ano de 1963, fazem críticas ao momento político enfrentado pelo país, principalmente a *Folha de S.Paulo*, que usou um tom mais forte e ofensivo perante o governo de João Goulart. Na *Folha de S.Paulo*, a questão política do país é ressaltada, distintamente do *Pioneiro*, que explora várias temáticas e, próximo de finalizar o texto, faz uma crítica pontual do momento político brasileiro. No editorial publicado no início do ano, isto é, em janeiro de 1965, a *Folha de S.Paulo* traz um balanço sobre 1964 e aponta uma melhora em relação ao ano anterior:

Se cotejarmos esta época com a mesma do ano passado, veremos que a situação do país melhorou. Iniciamos 1964 sob o signo de um governo que já destruirá toda ilusão que se pudesse alimentar quanto a sua capacidade de promover o bem-estar social, a recuperação econômica e a pacificação política do país. Nos meses que se seguiram, radicalizaram-se os antagonismos que separavam os brasileiros, sob a égide e o influxo do próprio governo. Em princípios de março estavam evidentes, de um lado, a extrema fraqueza de quem deveria encarnar a autoridade do país e, de outro, paradoxalmente, os esforços desenvolvidos para tentar restaurá-la por meios espúrios, como a agitação das massas, a mobilização de sindicatos controlados por pelegos, a divisão das Forças Armadas, a subversão e a desordem — de onde, talvez, se contava, pudesse emergir um governo totalitário de esquerda. Contra isso se fez uma revolução. Iniciada nas ruas, por grandes parcelas do povo, incontaminadas da pregação demagógica do governo deposto, tomou forma e chegou a vitória por obra e graça das Forças Armadas, que, fiéis à sua vocação patriótica e democrática, em tempo reagiram aos que a queriam desunir. Rea-

lizaram assim os militares aquilo que a maioria da população brasileira, cristã, ordeira e visceralmente contrária ao comunismo, estava desejando (ANO..., 1965).

“Iniciada nas ruas, por grande parcela do povo” (ANO..., 1965), a conjuntura política de 1964 pode ser aproximada à de 2016, que levou à deposição e ao golpe sofridos por Dilma Rousseff. O exercício que se segue neste artigo busca fazer analogias a partir das narrativas jornalísticas, buscando identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades, e perceber variações de um mesmo modelo, ou seja,

confrontar dois objetos ou realidades ainda não conhecidos de modo a que os traços fundamentais de um ponham em relevo os aspectos do outro, dando a perceber as ausências de elementos em um e outro, as variações de intensidade relativas à mútua presença de algum elemento em comum (BARROS, 2007, p. 5).

3. POUCAS ESPERANÇAS: O ANO COMEÇA SEM BOAS PERSPECTIVAS — 2016

A conjuntura de 1964, assim como a de 2016, apontava para uma crise política e econômica intensa, que ocupava as manchetes dos principais jornais brasileiros. Nessa narrativa, a responsabilidade por não retirar o país da crise no campo econômico recaía sobre a presidente Dilma Rousseff, o que resultava no aumento da inflação e da taxa de desemprego.

O segundo mandato, interrompido, da presidente Dilma Rousseff (2014–2016) não foi uma simples continuidade de seus quatro primeiros anos. Segundo Bastos (2017, p. 3), neste primeiro período no poder, o “objetivo do governo Rousseff era imenso: eliminar o rentismo com a dívida pública como meio sistemático de acumulação de capital [...] e, assim, forçar a ampliação do investimento produtivo e em infraestrutura”. Essa proposta vinha na contramão da realizada no chamado “pacto lulista”, o que não foi bem recebido pelo mercado financeiro.

Dilma, mesmo tendo feito um governo (como fizeram os governos petistas desde 2003) predominantemente voltado para os interesses do grande capital e de seus sócios brasileiros e, a partir de 2015, tendo adotado um programa de governo muito semelhante ao que foi apresentado (e derrotado) pelo candidato do PSDB em 2014, foi arrancada da Presidência da República porque foi considerada incapaz de permanecer à frente dos interesses capitalistas que tanto serviu. Estes agora precisavam de um governo genuinamente burguês, capaz de não ceder o mínimo aos trabalhadores, de lhes retirar o pouco que conquistaram e de servir inteiramente, sem concessões, ao grande capital. O pacto de classes já não mais prestava (BRAZ, 2017, p. 87).

O mercado financeiro já fazia uma ofensiva oposicionista contra Dilma Rousseff, chamando-a de irresponsável e incapaz. Além disso, parte da grande burguesia nacional já se encontrava descontente com as políticas sociais e trabalhistas vigentes. A pauta trabalhista unificava segmentos importantes da burguesia nacional:

Isso ajuda a explicar por que os candidatos de oposição a Dilma em 2014, que prometiam a austeridade para conter os “excessos” trabalhistas do governo e defendiam as propostas da frente neoliberal, tiveram apoio ou, ao menos, a “inação conivente” de frações da burguesia que ganharam com as políticas desenvolvimentistas de proteção do espaço nacional e regional de acumulação de capital contra a concorrência das corporações multinacionais. De fato, a questão salarial, os gastos sociais e a regulação trabalhista

tendiam a alinhar as diferentes frações da burguesia contra os trabalhadores, mesmo que estes fossem a base social e eleitoral que apoiou a frente neodesenvolvimentista em sua fase de consolidação (BASTOS, 2017, p. 33).

Para o empresariado, o pacto lulista não servia mais, era insuficiente. Nas palavras de Braz (2017, p. 94):

O derrube de Dilma e do PT significa mais que um atentado à democracia: significa, para as classes dominantes, que é hora de uma nova hegemonia que crie condições ideais para a reprodução dos interesses capitalistas num cenário novo que substitua a forma hegemônica que até então serviu. Ou seja, se a forma anterior já não é mais eficaz, trata-se de construir um novo bloco de poder para criar as condições ideais.

Essa construção do novo bloco de poder contou com um largo aparato, com uma rede de sustentação. Teve apoio na Câmara e no Senado, com políticos insatisfeitos e preocupados com o apoio e o incentivo de Dilma Rousseff ao combate à corrupção. O empresariado patrocinou manifestações, caso da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que “pagou o pato” contra o governo. Contou também com a chancela da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), dando legitimidade a todo o processo. Houve apoio incalculável dos meios de comunicação, a grande mídia, usando um discurso técnico e apolítico em prol de seus objetivos. O conluio entre Legislativo, Judiciário, Polícia Federal (PF), mídia e organizações empresariais, como a Fiesp, foi explícito (BRAZ, 2017).

Diante desse cenário, tinha-se a convicção de que o governo Dilma Rousseff e, conseqüentemente, o Partido dos Trabalhadores (PT) no poder não dariam mais as condições de acumulação de que o capital precisava. A partir disso, buscava-se um motivo para a deposição da presidente.

Outros três pontos nessa articulação tiveram um importante papel na legitimação do processo. O primeiro dizia respeito às camadas médias da população brasileira, que se sentiam ameaçadas pelo avanço das classes populares através de programas de inclusão social. No que se refere ao ensino superior, conforme Bastos (2017, p. 35), “em 2002, 468 mil alunos completaram as atividades de graduação, mas em dezembro de 2013 o número de formandos de ensino superior chegava a 1,05 milhão, ou seja, um aumento de 124%”. Para além da esfera educacional, é possível destacar outras medidas, tais como as adotadas no setor habitacional, na distribuição de renda para populações de baixo poder aquisitivo e na área trabalhista, entre outras. Portanto, parte significativa da classe média, contrária a esses programas, foi às ruas protestar, com estímulo e incentivo dos grupos citados acima. Eis o segundo ponto. Por último, cabe ressaltar o terceiro ponto, que diz respeito ao papel importante ocupado pelas redes sociais nesse processo, principalmente através de articulações como o Movimento Brasil Livre, o Endireita Brasil e o Vem pra Rua.

A cobertura jornalística hegemônica dada a essa conjuntura estimulou e incentivou o processo de ruptura política que levou ao impeachment de Rousseff. Assim como ocorreu no início do ano de 1964, em 2016 também houve uma visão melancólica do ano que se encerrava. Um editorial da *Folha de S.Paulo* é focado na crise econômica, atribuindo-a a Dilma Rousseff (POUCAS..., 2016). Já no *Pioneiro*, é dito que “é um ano que termina com a presidente ameaçada de impeachment” (BEM-VINDO..., 2015), sem proferir quaisquer outros juízos.

Figura 4 — Editorial da *Folha de S.Paulo* de 1º de janeiro de 2016

A2 opinião ★ ★ ★ SEXTA-FEIRA, 1º DE JANEIRO DE 2016

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRIAS
Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO
Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO
Editor-executivo: SÉRGIO DÁVILA
Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, LINDO DE FREITAS, CLOVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (secretário)
Diretoria-executiva: MARCELO BENEZ (comercial), MURILO BUSSAB (circulação), MARCELO MACHADO GONÇALVES (banca) e EDUARDO ALCARO (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS editoriais@grupofolha.com.br

Poucas esperanças

O ano começa sem boas perspectivas para a economia, que só deixará o estado de crise se houver soluções no campo político

Pelo menos no que diz respeito à economia, o ano que ora começa carrega poucas esperanças de renovação. A crise de 2015, infelizmente, continuará presente em 2016, e não se imagina que as dificuldades nessa área possam ser superadas sem que se resolva antes o enorme impasse no hoje infértil campo da política.

Há, a rigor, um aspecto novo, talvez até auspicioso: é cada vez mais claro a um número crescente de pessoas que acabou o dinheiro para irresponsabilidades do poder público. O próprio governo da presidente Dilma Rousseff (PT), campeão dos desatinos administrativos, parece ter-se dado conta disso.

Iniciou-se sob a tutela de Joaquim Levy uma inflexão, ainda que caótica, na política econômica. Se ainda não mostra resultados palpáveis é porque, além do legado de erros acumulados, existem dúvidas de que a conversão do governo ao novo rumo seja permanente.

Dilma, com sua notória incompetência política e administrativa, alimenta incertezas e não encampa as reformas necessárias.

Em algumas frentes até houve sucesso, como no realinhamento das tarifas públicas e do câmbio. Na mais essencial, porém, houve tímido progresso: o ajuste das con-

tas públicas não tocou no tema do controle de gastos obrigatórios, em especial com a Previdência.

Em meio a esse rearranjo claudicante, o país amarga profunda recessão. Projeções recentes apontam para queda do PIB de quase 4% em 2015 e de pelo menos 2% em 2016. Com isso, Dilma terá ficado seis anos no Planalto sem que a economia tenha saído do lugar.

Essa é a dimensão da tragédia que se anuncia para os brasileiros.

Ao contrário das crises históricas, entretanto, desta vez não há insolvência em moeda estrangeira causada por dívida externa alta. O país dispõe de reservas.

O colapso do PIB deriva diretamente da paralisia decisória do setor privado, que por sua vez advém da percepção de que o governo não conseguirá estabilizar o crescimento da dívida. A questão, portanto, é puramente doméstica.

Caso Dilma Rousseff se mostre capaz de implementar uma agenda de reformas que façam as despesas crescerem menos que o PIB nos próximos anos, a confiança poderá voltar gradualmente, possibilitando novos investimentos e estabilização do câmbio e da inflação, além de cortes dos juros.

A continuidade da paralisia política, todavia, aprofundará a recessão e provocará uma contínua fuga de investimentos, com desvalorização adicional do real, juros ainda mais altos e a permanência do fantasma da inflação.

Mais do que nunca, em 2016 só a política poderá salvar a economia.

Fonte: Poucas... (2016).

A *Folha de S.Paulo*, no editorial “Poucas esperanças”, como é possível perceber na figura 4, atribuiu a crise econômica à incapacidade política da presidente: “Dilma, com sua notória incompetência política e administrativa, alimenta incertezas e não encampa as reformas necessárias.” Enquanto isso, em um editorial também pouco esperançoso do *Pioneiro* é feita uma seleção de fatores que teriam contribuído para esse sentimento, sendo que a crise do Estado estava entre eles, conforme demonstra a figura 5.

Figura 5 — Editorial do *Pioneiro* de 31 de dezembro de 2015/1º de janeiro de 2016



Fonte: Bem-vindo... (2015).

Com uma pauta mais genérica a respeito da crise que envolveu déficit público, desemprego e Lava Jato, entre outros fatores, a possibilidade do impeachment de Dilma Rousseff é uma perspectiva comum aos dois jornais. Com certa regularidade, a *Folha de S.Paulo* apresenta a presidente sozinha, até mesmo perante o seu partido. A frase “Saindo do isolamento” representa o momento em que a presidente buscou se aproximar da oposição para pôr em prática a agenda de austeridade, como a fixação do teto de gastos públicos, o controle das contas públicas e a reforma da previdência.

Figura 6 — Editorial do *Pioneiro* de 3 de fevereiro de 2016



Fonte: Saindo... (2016).

Um terceiro aspecto em comum entre editoriais dos jornais, já no correr do processo de impedimento, foi a legitimação do rito, com ambos afirmando que todo o procedimento do impeachment corria de acordo com a Constituição e, caso não houvesse crime de responsabilidade, o Judiciário, o Ministério Público Federal (MPF) e a PF iriam interceder, pois todos estariam agindo conforme a Constituição brasileira. Os jornais uniam a legitimação desse processo à urgência de uma mudança no país, sugerindo que isso seria essencial para o Brasil sair da crise, ao passo que consideravam que Dilma e seu governo não possuíam competência para isso, afinal, faziam uma péssima gestão, não governavam, e por isso o Brasil continuava em crise. Portanto, os dois editoriais buscavam, desde 2015 e cada vez com maior ofensividade, a saída de Dilma Rousseff, indiferentemente se através de sua renúncia, da impugnação da chapa pela qual Dilma se elegera ou do impeachment, como acabou acontecendo. Em um primeiro momento, os editoriais pediam a cassação da chapa, porém logo mudaram de posição e passaram a instigar a renúncia de Dilma. A presidente respondeu ao editorial redigido pela *Folha de S.Paulo* afirmando que não renunciaria.

Figura 7 — Trecho de editorial da *Folha de S.Paulo* de 4 de abril de 2016



Fonte: Em resposta... (2016).

A essa altura, com uma tensão estabelecida entre presidente e vice, o processo avançou com uma disputa que chegou às ruas instigada não só pela mídia jornalística, mas também pelas redes sociais, cada vez mais presentes. A própria presidente respondeu ao editorial acima utilizando as redes sociais. Movimentos liberais e conservadores, como o Movimento Brasil Livre, o Endireita Brasil, o Vem pra Rua e o multifacetado movimento dos caminhoneiros, entre outros, passaram a usar exponencialmente essa via de comunicação, com interesses políticos.

O editorial “O Brasil nas ruas, por seu futuro” atribui um verniz democrático ao processo em curso, viciado por interesses, sugerindo que

todas as pessoas, independentemente de suas posições políticas e ideológicas, possam se expressar livremente e em segurança [...] direcionando suas ações e suas demandas para os interesses maiores do país e para soluções que assegurem a construção de um futuro digno para as próximas gerações (O BRASIL..., 2016).

Figura 8 — Editorial do *Pioneiro* de 12 de março de 2016

EDITORIAL DA RBS

O Brasil nas ruas, por seu futuro

Considerando a gravidade do momento político, o Grupo RBS expõe neste editorial sua posição sobre as manifestações públicas programadas para este domingo em dezenas de cidades brasileiras. Em primeiro lugar, conclamamos autoridades e lideranças dos movimentos envolvidos para que adotem providências no sentido de que os atos sejam ordeiros e pacíficos, a fim de que todas as pessoas, independentemente de suas visões políticas e ideológicas, possam se expressar livremente e em segurança. Também dirigimos este apelo aos manifestantes, para que evitem provocações e revêdes, direcionando suas ações e suas demandas para os interesses maiores do país e para soluções que assegurem a construção de um futuro digno para as próximas gerações.

Ninguém ignora que o Brasil atravessa um momento triste de sua história. Uma crise econômica sem precedente, gerada por equívocos de um governo que ignorou os fundamentos da estabilidade alcançada com o Plano Real, e uma crise política inquietante, potencializada pela investigação do maior esquema de corrupção já descoberto no país, resultam num ambiente de desesperança e desânimo. Os brasileiros estão revoltados, indignados e descrentes nos seus representantes políticos. E parcela expressiva da população vê o impeachment da presidente da República como saída imediata do impasse em que o país se encontra.

Essas pessoas têm todo o direito de pedir o impedimento presidencial, que é um instituto legal e democrático previsto pela Constituição Federal. Da mesma forma, outros brasileiros devem ter o direito de discordar, ou por achar que não estão presentes todos os pressupostos para a aplicação da impactante medida, ou mesmo pela fidelidade ideológica ou interesseira aos atuais dirigentes do país. Todos têm que ser respeitados no direito de manifestar suas posições.

Só assim poderemos manter a fé e a confiança nas instituições democráticas, que estão sólidas e podem, sim, funcionar adequadamente em favor do país, como vêm demonstrando os integrantes da força-tarefa que promove a Operação Lava-Jato. Com Judiciário atuante, Ministério Público responsável, Polícia Federal eficiente, imprensa independente e sociedade mobilizada, o Brasil está instrumentalizado para melhorar a qualidade de seus dirigentes políticos, para corrigir as deformações e para construir um futuro mais promissor. Basta que cada brasileiro faça a sua parte com consciência cívica e humanidade.



Fonte: O Brasil... (2016).

“O Brasil nas ruas, por seu futuro” foi o melhor editorial, segundo juízo de valor não acadêmico, que os movimentos liberais conservadores e outros com orientações antipetistas poderiam almejar. O direito das ruas como algo sagrado, já vivenciado em 1964 com a “Marcha da família com Deus pela liberdade”, foi reeditado e ressignificado para o século XXI. Alguns fantasmas da Guerra Fria reeditados e reformatados discursivamente vêm recheando o imaginário de amplos setores que compõem o tecido social brasileiro.

4. A PRIMEIRA COMO TRAGÉDIA, A SEGUNDA COMO FARSA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O primeiro ponto de consonância dessas duas rupturas na política brasileira é o ambiente instável e de forte crise econômica, com impasses quanto às ações a serem realizadas pelo governo federal. Com isso, uma polarização contundente se fez presente nas duas conjunturas. Discordâncias em relação aos planos de governo fizeram parte das polarizações. Enquanto com Goulart a contrariedade da oposição era com as “reformas de base”, em 2016 a oposição esteve contrária às medidas do período dos governos nacional-desenvolvimentistas no poder, isto é, programas sociais criados para a diminuição da desigualdade social.

Uma segunda semelhança, que também pode ser considerada consequência da crise econômica posta, foi a articulação para a deposição dos presidentes, contando com amplo apoio do segmento empresarial. Em 1964, instituições como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipês) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) fomentaram forte campanha de desestabilização do governo, com enorme volume de dinheiro financiando,

Enquanto com Goulart a contrariedade da oposição era com as “reformas de base”, em 2016 a oposição esteve contrária às medidas do período dos governos nacional-desenvolvimentistas no poder, isto é, programas sociais criados para a diminuição da desigualdade social

entre outras, essas duas instituições. Em 2016, essa articulação se repetiu no Brasil e teve grande participação nos protestos, com destaque para a atuação da Fiesp, conhecida pelo uso de patos infláveis nas manifestações de rua. Se as reformas de base contribuíram fortemente para a unificação da burguesia nacional em 1964, em 2016 a flexibilização das leis trabalhistas e a crítica às políticas de enfrentamento da desigualdade social formaram o cimento que deu liga ao processo de impeachment.

Outro elemento comum aos dois processos e que é fortemente marcado no impeachment da presidente em 2016 foi a busca por legitimidade. Por ter sido conduzido conforme a Constituição, isto é, respeitando aparentemente os procedimentos legais, há uma concepção previsível de legitimidade. Portanto, com aval do Judiciário e da OAB, foi criado um verniz democrático e de legitimidade para a deposição de Rousseff. Por outro lado, mesmo com forte evidência antidemocrática, houve uma tentativa de legitimização também em 1964. Fico (2008, p.103) define a “declaração de vacância da Presidência da República pelo presidente do Congresso Nacional” como uma “espécie de ‘versão parlamentar’ do golpe de 64”. Além disso, o historiador sinaliza que, “apesar das irregularidades, a posse de Mazzilli sugeria algum respeito pela Constituição, já que o presidente da Câmara era realmente o próximo na lista de sucessão” (FICO, 2008, p. 128). Com isso, mesmo que de forma ineficiente, buscou-se um ar de legitimidade na deposição de João Goulart.

Também é preciso marcar as distinções entre os dois eventos:

Muitas são as diferenças entre os dois contextos, mas devemos destacar duas principais: (1) o contexto internacional da Guerra Fria e a onda de intervenções armadas comandadas pelo imperialismo norte-americano em todo o continente latino-americano; (2) e o caráter das reformas de base do governo João Goulart. Estes dois fatores implicavam em [sic] uma conjuntura extremamente dramática [...]; o segmento militar não entraria em



Zeca Ribeiro/Brasil de Fato

Com um discurso anticorrupção em voga, a oposição teve sucesso ao afastar Dilma Rousseff, sendo que uma parcela considerável dos políticos envolvidos, entre eles Eduardo Cunha e Michel Temer, tinha seus nomes ligados a atos ilícitos. (Câmara dos Deputados, DF, 17/04/2016)

cena como um acidente ou casualidade, mas respondendo ao caráter do capitalismo dependente e à forma como acabou por se impor a ordem capitalista em nosso país. Hoje vivemos um cenário muito distinto. Um momento mundial de derrota da perspectiva revolucionária, e mesmo de iniciativas reformistas dignas deste nome, que se refletiu no Brasil em um longo percurso de conciliação de classes que não ameaçou a ordem capitalista. Esses fatores marcam diferenças que podem explicar a forma que assumiu o desfecho que interrompeu o mandato da presidente eleita (IASI, 2016).

Um ponto que destoa dos citados até aqui é a presença dos militares. Se em 1964 houve a efetivação do golpe pelos coturnos dos militares, em 2016 não se pode dizer o mesmo. Na ala dos militares, não há registros de uma articulação tal qual ocorreu com a mídia e o empresariado. Ao mesmo tempo, conforme Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 557), “a ação dos militares, na maioria dos casos, é levada a cabo por um grupo militar ou pelas Forças Armadas como um todo. Num caso contrário, a atitude das Forças Armadas é de neutralidade-cumplicidade”. Portanto, mesmo que não haja uma ação direta na deposição, há uma aceitação da condução estabelecida no cenário político brasileiro: “neutralidade-cumplicidade”.

Como considerações complementares, cabe ainda pontuar alguns aspectos relativos ao papel dos jornais, objeto desta reflexão, na construção de uma narrativa sobre os processos. Ambas as linhas editoriais, em momentos distintos, elaboraram um discurso de rejeição ao governo de Goulart e de Rousseff. Entretanto, verificou-se que a intensidade e a forma com que isso foi realizado foram por vezes semelhantes, contudo, com algumas diferenças. Em 1964, havia um discurso anticomunista expressivo, aliado a uma oposição ao sindicalismo. Ao mesmo tempo, em relação aos mandatários da nação, termos como *irresponsável* faziam parte do discurso dos editoriais, principalmente da *Folha de S. Paulo*. Em contrapartida, em 2016, houve um investimento na construção de uma imagem negativa de Dilma Rousseff com outros elementos, mas que lembram, em última instância, a tensão da Guerra Fria. A bandeira nacional, o verde-amarelo em contraposição aos “vermelhos” e outros discursos ideológicos vão povoar aquilo que efetivamente era uma novidade — as redes sociais.

No que tange à articulação das deposições, similitudes surgem também. Os dois processos contaram com o apoio expressivo da grande mídia, usando seu papel de formadora de opinião para pressionar o governo e cobrar uma saída dos respectivos presidentes. Pedidos de

renúncia ocorreram tanto em 1964 quanto em 2016. O diferencial é que, enquanto a mídia cobrava das Forças Armadas uma resposta às ações “não patrióticas” de Goulart, com Rouseff houve pedidos de cassação da chapa pela qual ela se elegera, caso não houvesse como apenas destituir a presidente. Outra dessemelhança foi a atuação das Forças Armadas, que tiveram um papel determinante no golpe contra Goulart, assumindo posteriormente o poder, mas que agiram com um silêncio articulador na deposição de Rouseff, consentindo com a movimentação feita pela oposição. Uma terceira categoria presente nas deposições é o empresariado. Diferentemente dos militares no segundo caso, os empresários tiveram uma contribuição efetiva nos dois processos, financiando manifestações e pressionando o governo. Não se pode esquecer também, como referido anteriormente, que recentemente o papel das redes sociais desencadeou informação (ou desinformação) relativa aos processos em questão.

No que diz respeito à deposição de João Goulart, do ponto de vista historiográfico, há uma produção bastante consolidada para conceituar o processo como golpe, isto é, a deposição forçada de um presidente, por meio de imposição militar. Independentemente da tentativa de legitimar o golpe por via do parlamento, através da declaração de vacância da cadeira de presidente e, depois, com o presidente da Câmara assumindo temporariamente o cargo, não restam dúvidas sobre o caráter antidemocrático da operação realizada. Em contrapartida, o processo de deposição da presidente Dilma Rouseff carece de novas investigações e análises, até pelo curto período de tempo decorrido desde então.

Por fim, é possível identificar contradições no processo, sendo representativo desse debate o papel do MPF, que emitiu, recentemente, um parecer afirmando que as ditas pedaladas fiscais não configuraram operação de crédito, desmentindo, portanto, a acusação principal da peça do impeachment. No plano político, com um discurso anticorrupção em voga, a oposição teve sucesso ao afastar Dilma Rouseff, sendo que uma parcela considerável dos políticos envolvidos, entre eles Eduardo Cunha e Michel Temer, têm seus nomes ligados a atos ilícitos, alguns já julgados pela Justiça. Cabe ainda citar, mesmo que empiricamente possa ser complexo evidenciar, uma tendência política absolutamente conservadora, tipificada de extrema-direita, presente no cenário nacional e internacional, segundo a qual são retomadas bandeiras como, por exemplo, “Deus, pátria e família”, “Ordem e progresso”, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”... Essa tendência sugere uma reflexão mais aprofundada, que ultrapassa o escopo deste artigo.

* Professor titular de História da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pós-doutor em Ciências Humanas pela Universidade de Varsóvia, Polônia. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado e Doutorado – na UCS. *E-mail*: rradunz@ucs.br

** Graduado em História pela UCS. Pesquisador voluntário do projeto “Narrativas presentes no jornal *Pioneiro* (1994-2018) – análise e uso no ensino de História”, coordenado pela dra. Eliana G. Xerri. *E-mail*: jvportalete@ucs.br

► Texto recebido em 14 de janeiro de 2022; aprovado em 25 de julho de 2022.

ANO novo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, p. 4, 1 jan. 1965. Editorial. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=1716&anchor=4413895&origem=busca&originURL>>. Acesso em: 30 out. 2020.

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BARROS, José D'Assunção. História comparada: um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-30, jun. 2007. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/144/13>>. Acesso em: 23out.2020.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 1-63, dez. 2017. Disponível em: <www.scielo.br/j/rec/a/Q64JZq7tHnKDsYGVRrYS4mD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2020.

BEM-VINDO sejam, 2016. **Pioneiro**, Caxias do Sul, p. 3, 31 dez. 2015. Editorial. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=49234&p=0>>. Acesso em: 30 out. 2020.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora UnB, 1998.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.128, p. 85-103, jan.-abr. 2017. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000100085&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 ago.2020.

ELMIR, Cláudio Pereira. Uma aventura com o Última Hora: o jornal e a pesquisa histórica. **Anos 90**, Porto Alegre, v.19, n.36, p. 67-90, dez.2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/31063/25773>>. Acesso em: 31out. 2020.

EM NOME da revolução. **Pioneiro**, Caxias do Sul, p. 2-4, 4 abr.1964. Editorial. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=49234&p=0>>. Acesso em: 30 out. 2020.

EM RESPOSTA a editorial, Dilma diz que não renunciará. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, p. A5, abr. 2016. Disponível em: <

FICO, Carlos. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. In: **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan. 2012.

FICO, Carlos. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo — o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FOLHA de S.Paulo. In: DICIONÁRIOS histórico-biográficos. CPDOC, s.d. Disponível em: <www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/folha-de-sao-paulo>. Acesso em: 13 jul. 2021.

GUERRA, Laura Ferreira. **Da deposição de João Goulart ao impeachment de Dilma Rousseff: um estudo comparativo de editoriais dos jornais Folha de S.Paulo e O Globo**. 2018. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

IASI, Mauro Luis. O caminho da ditadura. **Blog da Boitempo**, 24 nov. 2016. Disponível em: <<https://blogda-boitempo.com.br/2016/11/24/o-caminho-da-ditadura>>. Acesso em: 24 nov.2016.

LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

MARSON, Izabel Andrade. História e revolução: O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte, de Karl Marx, e Napoleão, o Pequeno, de Victor Hugo — um contraponto. **Proj. História**, São Paulo, n. 30, p. 137-150, jun. 2005. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2258/1351>>. Acesso em: 8 jul. 2021.

MARTINS, Luís Carlos dos Passos. História dos conceitos e conceitos na história: a imprensa como fonte/objeto da história conceitual do político. In: ANGELI, Douglas Souza; BATISTELLA, Alessandro; DOMINGOS, Charles Sidarta Machado (Org.). **Capítulos de história política: fontes, objetos e abordagens**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 53-57

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels.)

O BRASIL nas ruas, por seu futuro. **Pioneiro**, Caxias do Sul, p. 6, 12 mar. 2016. Editorial. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2016/03/o-brasil-nas-ruas-por-seu-futuro-5101969.html>>. Acesso em: 30 out. 2020.

PARA QUÊ?. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, p. 4, 14 mar. 1964. Editorial. Disponível em: <

POUCAS esperanças. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 1 jan. 2016. Editorial. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/busca.do?keyword=&periododesc=01%2F01%2F2016&por=Por+Dia&startDate=&endDate=&days=01&month=01&year=2016&jornais=>>. Acesso em: 30 out. 2020.

POZENATO, Kenia Maria Menegotto; GIRON, Loraine Slomp. **100 anos de imprensa regional: 1897-1997**. Caxias do Sul: Educs, 2004.

REVOLUÇÃO definida. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 4, 12 abr. 1964. Editorial. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/busca.do?keyword=&periododesc=12%2F04%2F1964&por=Por+Dia&startDate=&endDate=&days=12&month=04&year=1964&jornais=>>. Acesso em: 30 out. 2020.

SAINDO do isolamento. **Pioneiro**, Caxias do Sul, p. 4, 3 fev. 2016. Editorial. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=49234&p=0>>. Acesso em: 30 out. 2020.

TELES, Paulo Roberto Alves. Comparar para compreender: a história comparada como ferramenta metodológica para a compreensão do tempo presente e os seus traumas coletivos. In: ENCONTRO INTERNACIONAL; ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: HISTÓRIA E PARCERIAS, 18., 2018, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2018. p. 1-11.

UBINSKI, André Gustavo. **A charge na imprensa: o jornal Folha de S. Paulo e o humor político (1964-1965)**. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2014.

VIVA a revolução. **Pioneiro**, Caxias do Sul, p. 5, 11 abr. 1964. Editorial. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=49234&p=0>>. Acesso em: 30 out. 2020.